

Para Galvêas, não existe alternativa da moratória

Da sucursal de
BRASÍLIA

O Brasil não considera a alternativa de uma moratória de sua dívida externa, e a adoção dessa medida pelo governo argentino não deverá afetar o encaminhamento da contratação de empréstimos externos pelo País, segundo afirmou, ontem, o ministro da Fazenda, Ermâne Galvêas, por meio de seu porta-voz, Pedro Luís.

O ministro da Fazenda destacou que, em relação à declaração de moratória externa, cada país deve ser visto como um caso particular, com características e realidades específicas. No caso brasileiro, como o perfil da dívida externa é alongado e não há períodos de concentração no pagamento de amortizações, assinala Galvêas, a alternativa de moratória nem sequer é considerada.

Galvêas encontra-se no Rio e de lá enviou nota aos repórteres credenciados no Ministério da Fazenda. Entre observadores, porém, ficou a certeza de que o Brasil enfrentará novos problemas por causa da posição argentina. O ministro Delfim Netto, do Planejamento, já nem era esperado ontem de Londres. Um qualificado assessor dizia que, se Delfim retornasse esta madrugada, seria porque os "pacotes" financeiros em negociação foram efetivamente fechados.

EXEMPLO DA ARGENTINA

O Brasil também deve tirar proveito da mudança de governo, em 1985, para adotar medidas econômicas mais radicais e corajosas, como a moratória da dívida externa, exemplo da Argentina, afirmou ontem o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e diretor do Banco Boavista, José Júlio Senna. Em face das futuras repercussões da decisão argentina de recorrer, na prática, à moratória e, ainda, das dificuldades do Brasil em fechar o novo "pacote" de renegociação da dívida, o dirigen-

te de um grande banco europeu manifestava o temor de que o governo brasileiro antecipe para março de 1984 a moratória.

Nos contatos com os banqueiros estrangeiros e com os próprios técnicos do Fundo Monetário International (FMI), Senna disse que sentiu a convicção generalizada dos credores de que o Brasil enfrenta "a pior situação entre os grandes devedores por precisar maior soma de recursos novos para o ajuste do balanço de pagamentos".

Até o final da gestão Figueiredo, o economista da FGV observou que, a exemplo da sociedade brasileira, os credores também esperam que o governo apenas não faça mais besteiras. Após fazer outra opção para a renegociação de sua dívida e já ter "meio caminho andado", na opinião de Senna, o Brasil deve assinar os contratos do novo jumbo de US\$ 6,5 bilhões, no próximo dia 29 ou 30, e esquecer a moratória, por enquanto.

"A Argentina decidiu correr o risco de ficar sem acesso a novos financiamentos externos e outras retaliações. Um risco que o governo argentino aceitou bancar, provavelmente, porque acabou de ser eleito e tem o suporte de toda a sociedade. Com respaldo popular, é mais confortável tomar decisões arriscadas, como o México fez no final de 1982, a Argentina, agora, e que o Brasil deve fazer um 1985" — ressaltou o professor da FGV.

Para ele, ao Brasil resta torcer que a solução argentina dê certo e facilite "a repartição dos custos da renegociação da dívida nos países em desenvolvimento". Dentro da melhor distribuição dos custos da rolagem da dívida, "todas as partes envolvidas devem pagar pelos erros cometidos, como o FMI, que criou até facilidades no próprio Fundo para estimular o endividamento; os governos e os bancos que emprestaram demais e os países que assumiram dívidas excessivas", afirmou Senna.